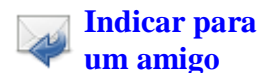


Audiência Pública discute Área de Preservação Ambiental

26/11/2010



Na sexta-feira, 26, a Câmara Municipal de Viçosa, atendendo solicitação dos vereadores Marcos Nunes (PT) e Luis Eduardo (PDT), realizou uma audiência pública para discutir a respeito de um Projeto de Lei enviado à Câmara pela Prefeitura Municipal, que visa estabelecer a criação de uma Área de Preservação Ambiental (APA).

A audiência foi presidida pelo vereador Marcos Nunes e teve sua mesa principal formada pelo autor do estudo que deu origem ao projeto, Manuel Silveira Marques, pelo secretário municipal de Meio Ambiente, Luis Eugênio de Moura, pela chefe de departamento de Extensão e Meio Ambiente, Edivânia Rosa Evangelista, pelo pró-reitor de Extensão e Cultura da UFV, professor Gumercindo Souza Lima, e pela presidente da Câmara, Vereadora Cristina Fontes (DEM).



A audiência pública praticamente não contou com a participação popular, uma vez que o público presente no auditório da Casa não chegava a 10 pessoas. Esse fato foi muito lamentado pelos vereadores, pois o intuito da audiência era saber a opinião da população sobre o projeto.

O vereador Marcos Nunes começou a reunião afirmando que não entendia muito bem alguns pontos do projeto, tais como a criação do Conselho da APA, que não seria igualitário, e o motivo pelo qual esse conselho seria presidido pelo Gerente da APA, cargo que seria criado e ocupado pelo autor do estudo do Projeto de Lei, Manuel Silveira Marques. Além disso, o vereador diz que não entende porque o Poder Executivo não prioriza a criação da APA do São Bartolomeu, que já está sendo discutida há mais tempo, e até já foram realizadas audiências públicas a esse respeito.

O autor do projeto, Manuel Silveira, explicou que esse projeto foi um presente dele para a cidade. Assim, todos os custos provenientes do estudo para o seu desenvolvimento foram arcados por ele. Afirmou que a escolha por uma área para a criação da APA diferente da discutida pela APA da Bacia do São Bartolomeu se deu pela maior facilidade de implantação e demarcação da área, uma vez que ela é cortada por estradas, que serviriam de demarcação clara. Manuel também explicou que a criação do conselho e do cargo de gerente da APA seguem as normas determinadas pela Lei Federal que regimenta a criação das áreas. Afirmou, ainda, que o intuito da criação da APA não é só o de preservar o meio ambiente local, mas, também, proporcionar ao município a capacidade de requerer verbas destinadas ao ICMS Ambiental, que uma área de preservação como essa pode certificar.

O pró-reitor, professor Gumercindo Souza Lima, autoridade de renome na área ambiental, fez, à pedido do vereador Marcos Nunes, um parecer técnico sobre o projeto de Lei apresentado aos vereadores pelo Poder Executivo. Segundo o professor, o projeto descumpra normas estabelecidas pela Lei Federal e não cumpre termos orientados pelo IBAMA. Dessa forma, pode ser considerado inconstitucional. Gumercindo ainda criticou a falta de igualdade na formação do Conselho Consultivo e a localização em que se quer formar a APA. Segundo o professor, a área em que se estuda a possibilidade de criação da APA do São Bartolomeu é muito mais importante devido a possuir florestas mais densas e cabeceira de recursos hídricos fundamentais para o município.

Gumercindo disse que, por causa da Lei conhecida como Robin Hood, houve uma “farra das APAs”, onde foram criadas APAs “a torto e a direito” na busca por recursos federais. Porém, ele alerta: “Não vamos nos iludir, achando que estabelecer uma lei irá mudar alguma coisa em termos de recursos!”. Segundo o professor, a APA terá de cumprir vários requisitos para poder ser bem classificada pelo “fator de qualidade”, que é analisado pelos órgãos ambientais federais. Sendo assim, o Pró-Reitor sentencia: “Se o projeto for aprovado da forma que está, representará um aumento dos gastos públicos e não irá trazer os benefícios esperados, além de restringir a vida dos proprietários de terras que serão envolvidos pela área!”.

O professor orientou que se faça o processo de criação da APA de baixo pra cima, explicando a população sobre a necessidade da criação da APA e a consultando a respeito. Após essa etapa, deve-se criar uma equipe multidisciplinar para realizar o estudo e a elaboração do projeto.

Os vereadores opinaram a respeito do projeto de criação de uma APA em Viçosa. O líder do Prefeito, vereador João Batista (PR), se mostrou preocupado com um possível engessamento do setor de crescimento populacional nas áreas em que se pretende estabelecer as APAs em questão. O vereador Luis Eduardo ponderou que o processo de criação de uma APA não é fácil de ser tirado do papel, e não poder ser encarado como uma forma de “tomamento” das áreas dos proprietários. A vereadora Cristina Fontes lamentou profundamente a pouca participação da população nessas importantes discussões, e deu sua opinião a respeito do tema, afirmando que tem preferência pela priorização da criação da APA do São Bartolomeu.

O único popular a dar sua opinião da audiência pública foi o ex-vereador Aguinaldo Pacheco. Segundo Aguinaldo, o processo de criação de uma APA deve ocorrer de forma

mais clara e transparente para a população, pois ela deve entender os benefícios e os malefícios dessa implantação. Aguinaldo ainda reclamou que o projeto em questão não teve a divulgação necessária e nem o mapa da área que se pretende criar a APA foi divulgado.

Estavam também presentes os vereadores Ademar Gomes (PR), Antônio Elias (PMDB), João Batista (PR), Luciano Constantino (PRB), Luis Eduardo, Marcos Arlindo (PV).